

# REDES SOCIAIS E COMUNIDADES DE PRÁTICA

Maria Antonieta Rocha; Alda Maria Pereira

*LEaD, Universidade Aberta*  
*antonietarocha@sapo.pt; amp@univ-ab.pt*

## Resumo

Este texto, enquanto parte integrante de um trabalho que pretende investigar as dinâmicas e relações sociais de sete comunidades virtuais em quatro contextos, focaliza-se na análise de duas redes e de que forma podem potenciar comunidades virtuais de prática, num ambiente 2.0, onde prevalece a aprendizagem informal.

A existência de novas formas de organização social – Grupo, Equipa, Rede, Coletivo e Comunidade –, propiciam ao indivíduo o acesso à informação e conhecimento disponíveis na rede global.

Metodologicamente, optámos por uma abordagem de estudos de caso múltiplos. A recolha de dados foi realizada com recurso à observação, entrevistas semi-estruturadas e um questionário.

Com base nos resultados obtidos, verificámos a existência de duas Redes – Comunidade Atlântico (foco nos animais) e Comunidade Mediterrâneo (foco na fotografia).

A Comunidade Atlântico evidencia, maioritariamente, traços distintivos da Rede, sem características que possam apontar, a curto prazo, a sua evolução para Comunidade Virtual de Prática. Para tal concorre nomeadamente: i) o elevado número de membros, o que não potencia o estabelecimento de laços de cumplicidade; ii) a evidência da procura de respostas às suas necessidades e não tanto resposta a dúvidas e a troca de informações acerca dos animais para adoção e o abandono – que se preparam para diminuir ou erradicar – e que, conjuntamente, se propõem resolver através da informação disponível na Rede.

A Comunidade Mediterrâneo, por outro lado, evidencia já alguns traços caracterizadores de uma Comunidade de Prática. Salienta-se um menor número de membros e a existência de domínio traduzido na troca de informação à volta de uma prática – a fotografia – e que, enquanto *hobbie*, une estes membros e os faz estarem juntos, partilhando um interesse comum e a busca da perfeição.

Palavras-chave: Comunidades virtuais de prática, aprendizagem informal, redes, conectivismo, aprendizagem em rede

## Abstract

This text, as an integral part of an assignment which seeks to investigate the social relationships and dynamics of seven virtual communities in four contexts, focuses on an analysis of two networks and in what way they may foster virtual communities of practices in a 2.0 environment in which informal learning prevails.

The existence of new forms of social organisation – Group, Team, Network, Collective and Community – provide the individual with access to the information and knowledge available on the global network.

Methodologically speaking, we opted for a multiple case studies approach. Data was gathered through observation, semi-structured interviews and a questionnaire.

Based on the results obtained we observed that two Networks existed – Atlantic Community (focus on animals) and the Mediterranean Community (focus on photography).

In the main, the Atlantic Community denotes distinctive Network features, without any characteristics which may suggest, in the short-term, their evolution into a Virtual Community of Practice. The following contributed to this: i) the high number of members, which does not foster the establishment of bonds of complicity; ii) the evidence of the search for responses to their needs and not so much the response to queries and the exchange of information about animals for adoption and abandonment – which are prepared for to reduce or eradicate – and which, together, are intended to be resolved through the information available on the Network.

The Mediterranean Community, on the other hand, already shows some distinguishing features of a Community of Practice. Worthy of special mention is the smaller number of members and the existence of a domain expressed by the exchange of information around a practice – photography – and which, as a *hobby*, brings these members together, sharing a common interest and the search for perfection.

Key words: Virtual Communities of Practice, informal learning, networks, connectivism, network-based learning

## **INTRODUÇÃO**

Encontrando-nos “no início de uma nova era” (Giddens, 2005, p. 1), um novo tipo de sociedade – de consumo, globalizada – irrompe e novos fenômenos – sociedade em rede; Web 2.0; novas formas de trabalho e comunicação – desencadearam uma descontinuidade e rompimento com a ordem anteriormente instituída.

Também, e no que concerne à aprendizagem, a par das três formas outrora assumidas e estudadas – formal, não formal e informal – uma nova forma emerge: a aprendizagem em rede.

Tal como defendido por uma nova teoria de aprendizagem – o conectivismo –, a informação e o conhecimento circulam livremente, cabendo a cada indivíduo a sua seleção e apropriação em cada momento. Como tal, novas estruturas organizativas, coletivamente, irromperam na rede global. São essas novas formas de organização social – Grupo, Equipa, Rede, Coletivo e Comunidade (de Prática) - que carecem de ser estudadas visto, a par de traços distintivos, evidenciarem entre elas traços coincidentes que justificam um olhar atento.

Sendo parte de um estudo mais abrangente, a comunicação que agora apresentamos pretende tentar perceber até que ponto duas redes, existentes em ambiente virtual, evidenciam traços de Rede e/ou traços de Comunidades Virtuais de Prática (CoP virtuais), pelo que nos propomos visitar estas temáticas que precederão à apresentação dos resultados por nós alcançados.

## **1. Aprendizagem informal, não formal e formal**

Longe de consensual, coexistem atualmente diferentes aceções para a busca de definição do conceito de cada um destes três tipos de aprendizagem.

Se para Conner (2009) a aprendizagem formal se consubstancia no sistema escolar, hierarquicamente estruturado, desde o ensino básico ao universitário, com *nuances* particulares para o ensino técnico e profissional (para. 4), caracteriza a autora (para. 7) a aprendizagem não formal como a que assenta em “any organized activity” fora do sistema formal de ensino.

Por seu turno, Rogers (2004) caracteriza a distinção formal/não formal/informal através do “*Learning Continuum*”, colocando a aprendizagem não formal e informal em oposição à aprendizagem formal, ainda que evidenciando oposição entre as duas (não formal e informal).

Este modelo adota, essencialmente, descrições equivalentes ao trabalho desenvolvido pela Comissão Europeia acerca da validação da aprendizagem ao longo da vida e que no Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida (2000, p. 9) define a aprendizagem informal como “o acompanhamento natural da vida quotidiana.” Prossegue clarificando que esta aprendizagem não é necessariamente intencional podendo, como tal, não ser percecionada pelos próprios indivíduos, como enriquecimento dos seus conhecimentos e aptidões.

Sendo reconhecida a sua importância, tanto a nível organizacional (Conner, 2009; Cross, 2006), como a nível pessoal, argumenta Cross (2009) que “a aprendizagem informal não se implementa”, o que nos permite prosseguir para o que se constituiu como a natural evolução – a aprendizagem em rede.

## **2. O Conectivismo – Uma nova teoria da aprendizagem**

Considerando que “estamos num mundo novo e temos necessidade de um novo entendimento” (Castells, 2007, p. XXIV), já que “over the last twenty years, technology has reorganized how we live, how we communicate, and how we learn” (Siemens, 2004, Introduction, para. 1) surgiu no dealbar do século XXI o conectivismo que, assumido por George Siemens enquanto teoria de aprendizagem, embora não consensual nem isenta de críticas, vem contribuir e dar resposta a uma realidade que importa ser alterada, por força das mudanças que opera tanto na aprendizagem como no próprio indivíduo.

Enquanto resposta teórica às três grandes teorias da aprendizagem até então existentes – o behaviorismo, o cognitivismo e o construtivismo – desenvolvidas num ambiente e época em que a tecnologia não tinha impacto na aprendizagem, o conectivismo apresenta como pressupostos: (a) o exponencial crescimento do conhecimento; (b) a importância e lugar de destaque da aprendizagem informal; (c) a gestão do conhecimento e (d) a própria organização social.

Assumindo que o conectivismo integra “princípios explorados pelas teorias do caos, redes, complexidade e auto-organização” (Siemens, 2004, Connectivism, para. 1), a aprendizagem ocorre em ambientes fora do controlo do indivíduo, “difusos”, sendo ele o ponto de partida. Assim, o conectivismo concebe a aprendizagem como um processo de formação de redes “connections between entities” (Siemens, 2004, Networks, Small Worlds, Weak Ties, para. 1), fora do indivíduo e permitindo conectar conjuntos de informações especializadas, visto que “the connections that enable us to learn are more important than our current state of knowing” (Siemens, Connectivism, para.1).

## **3. Novas formas de organização social**

Sendo inequívoco o papel que a aprendizagem desempenha no indivíduo e que a mesma terá, necessária e infalivelmente, impacto imprescindível para o seu desenvolvimento, tanto a nível profissional como pessoal, importa um olhar

atual e (novas) formas de a ele aceder. Acresce ainda que a informação e o conhecimento surgem na rede (Siemens, 2004; Downes, 2007), disponíveis e mais próximos de quem a elas queira aceder.

Surgem, assim, em ambientes virtuais, novas estruturas organizadas, assumidas enquanto “Formas de Organização” (Wenger e Trayner, 2011a), “Granularidades” (Anderson e Dron, 2007) e “Grupos e Redes” (Downes, 2007). Serão estas formas ou estruturas – os Muitos “More” (Anderson e Dron, 2007) – em oposição ao indivíduo que irão permitir o benefício para cada elemento a elas pertencente.

Aludindo ao número, cada um dos autores assume diferentes estruturas: (a) Grupo e Rede (Downes, 2007); (b) Grupo, Rede e Coletivo (Anderson e Dron, 2007); (c) Equipa, Rede e Comunidade (Wenger e Trayner, 2011a).

Dado o âmbito desta comunicação, focalizaremos a análise apenas na Rede e na Comunidade.

### **3.1. A Rede**

Estando o conhecimento “distributed across a network of people” (Downes, 2006, p. 10), para o autor uma rede efetiva terá que ser 1) descentralizada; 2) distribuída; 3) sem intermediários; 4) com conteúdos e serviços desagregados e 5) não integrados; 6) democrática; 7) dinâmica e 8) inclusiva.

A conectividade da Rede é um traço coincidente e defendido consensualmente. A Rede pode assim ligar o Indivíduo à Aprendizagem e Informação disponíveis (Downes); confere capacidade de novas conexões, respondendo às expectativas de cada utilizador–membro (Anderson e Dron); e liga Indivíduos através de Conexões que, por Laços de Aprendizagem, se ligam à Aprendizagem (Wenger e Trayner).

Enquanto traços distintivos, para Downes, a Rede permite Pontes para outras formas, nomeadamente para CoP virtuais; tem Autonomia (encontrando-se entre o Indivíduo e o Grupo), propiciando a interação entre o Conhecimento e

Partilha conduzindo ao Conhecimento e apresenta Diversidade (diferentes Identidades) entre o Membro e a Rede.

Anderson e Dron defendem que a Rede é Aberta – conectando Indivíduos que se encontram ligados (a esta Rede e a outras) direta ou indiretamente e é Mutável – em intensidade e tamanho, emergente e como resposta a pressões internas e externas.

Porque Wenger e Trayner assumem a Rede como Rede Social, esta terá que propiciar Valor que se consubstancia no Valor Esperado, proporcionado pela Aprendizagem.

Assim, a tecnologia das Redes (Downes, 2007) incentiva e encoraja a diversidade pela discussão, no fluxo de um para um e por vezes, na era da internet, de muitos para muitos, sendo o aspeto caracterizador o tipo de conexões estabelecidas entre os indivíduos, como recurso (Wenger e Trayner), possibilitando a ligação “a muitas Redes” (Anderson e Dron) em função das suas expectativas e necessidades, podendo obter informações e pontos de vista, contactos e sugestões de outros (Anderson e Dron), bem como agindo como nó responsável (com)partilhando conhecimentos e obtendo, na Rede, a resolução rápida de problemas e acesso a recursos (Wenger, Trayner e de Laat, 2011b).

Defendido consensualmente pelos autores que a Rede é livre, interrogamo-nos a razão da exigência de credenciação para acesso. Defendemos também que cada membro deverá assumir uma postura ativa sob pena de a Rede se confinar à mera leitura de contributos de outrem.

A Rede poderá ainda propiciar o surgimento de CoP (Downes, 2007), trocando mensagens sem qualquer impedimento, permitindo a livre utilização sem barreiras pelo que, a partir da disponibilização das informações na grande Rede que é a Internet, cada utilizador possa utilizá-la da melhor forma que entender.

### 3.2. Comunidades Virtuais de Prática

Definidas por Henri & Pudelko (2003) como “um grau superior das comunidades de aprendizagem, no sentido em que nas comunidades de prática sempre se produz algum tipo de aprendizagem”, esta ocorre por “apropriação de novas práticas” (Illera, 2007, p. 122), e pela dádiva de uma prática (Wenger, 1998) que deixa de ser individual e que (deverá) passar a comunal.

Repousando muito nos princípios de uma CoP (Wenger, 1998), será possível, em ambiente virtual (Wenger, White e Smith, 2009) o reconhecimento das três dimensões fundamentais da prática: 1) domínio – “*raison d’être*” (Wenger, Smith e Snyder, 2002, p. 31) da comunidade que, em ambiente virtual, poderá ser reafirmado por qualquer conversa *online*, já que “members express something fundamental they have in common” (p. 4); 2) prática – dimensão evidente sempre que os membros aprendem com a prática e experiência de cada um dos restantes, ainda que a partir de uma simples troca de *e-mails*, a partir da página FAQ da própria comunidade e da partilha de *links*, opiniões e notícias; 3) comunidade – dimensão que enfatiza a socialização e a atmosfera vivida em cada comunidade, pois “socializing and learning are not necessarily distinct” (p. 8).

Defendendo que o número de membros de uma qualquer CoP virtual não se confere enquanto impedimento, pois a partir da leitura de um mesmo *e-mail* todos se reconhecem como importantes, já que a transmitir a sua experiência pessoal são reconhecidos pelos restantes como determinantes, numa CoP virtual, a importância de ser membro e o “aprender juntos” dependem: (a) da qualidade das relações de confiança e compromisso mútuo desenvolvidos entre os membros; (b) de uma gestão produtiva dos limites da comunidade; (c) da capacidade de alguns para assumir a liderança e para desempenhar vários papéis movendo a comunidade para a frente (p. 8).

Assumindo como natural o elevado número de membros periféricos, pois carecerão de familiaridade até se tornarem membros ativos (p. 9), as

dimensões fundamentais da prática – empreendimento partilhado; empenhamento mútuo e reportório partilhado – bem como, segundo nós, a cumplicidade “*craft intimacy*” nos “corredores da virtualidade”, constituem-se como os traços distintivos e que permitem a singularidade de uma CoP face às restantes formas organizativas.

## **METODOLOGIA**

Alicerçada nos marcos teóricos supra e a fim de tentar perceber se duas redes – Comunidade Atlântico (foco nos animais) e Comunidade Mediterrâneo (foco na fotografia) – se configuravam apenas como Rede ou evidenciavam traços caracterizadores de uma CoP virtual, optámos por uma metodologia qualitativa com estudos de caso múltiplos.

Após a imersão no campo que nos permitiu, numa primeira fase e através da observação, recolher dados e analisar as dinâmicas de cada comunidade e interação dos membros, procedemos posteriormente a entrevistas semi-estruturadas a administradores e aplicámos um questionário *online* aos membros.

Quanto à observação das Comunidades Atlântico (33 meses) e Mediterrâneo (14 meses), optámos pela interpretação direta e sempre que encontrávamos um episódio, interação entre os membros ou mesmo conflitos, procedemos ao seu registo no diário do investigador e que se consubstanciou em três ficheiros separados, em suporte digital, criados em Microsoft Word 2007 (diário do investigador) e Microsoft Excel 2007 (cronograma e registo da interação).

As entrevistas semi-diretivas aos administradores pretendiam dar resposta a questões a que a observação não dava, nomeadamente objetivos e razões para a criação e dinamização da Comunidade. Realizaram-se em 27/08/2010 e 18/02/2013, respetivamente e foram tratadas com recurso ao software informático N’Vivo versão 9.1.

O questionário, construído com recurso ao Google Docs, compunha-se de 15 perguntas fechadas, com o objetivo de obter a representação dos membros

sobre a sua participação e sobre o tipo de benefícios que colhiam na comunidade, e 3 perguntas abertas sobre o valor da comunidade no presente e também sobre expectativas futuras. Aplicado entre 08/12/2011 e 15/03/2012, a partir de mensagem aberta, apelando à sua resposta no fórum de cada comunidade, mensagem na qual foi disponibilizado um *link* para acesso, tratou-se com recurso ao Microsoft Excel 2007 para sistematização dos resultados das respostas fechadas em quadros de frequências absolutas e relativas e por análise de conteúdo, para as respostas abertas.

## **RESULTADOS**

De forma genérica, e ainda que tenham sido categorizadas como Redes, referimo-nos a ambas pela expressão “Comunidade”.

A Comunidade Atlântico, de cariz social, baseia a sua ação na proteção dos animais, conta com membros especializados e tem como motivação a adoção, a luta contra o abandono bem como a sensibilização para o “*care*” tanto dos animais domésticos como de todos. Remonta a julho de 2005 e contava em fevereiro de 2013 com 21 859 membros registados no fórum, sendo possível observar um elevado número de membros ativos.

A Comunidade Mediterrâneo congrega os interesses de todos os que fazem da fotografia o seu *hobbie*, funcionando desde outubro de 2004 e contava, em fevereiro de 2013, com 25 134 membros inscritos no fórum, ainda que sendo manifestamente menor o número de membros ativos.

Ambas sem fins lucrativos, estamos perante duas comunidades em contexto social, com domínio bem definido e com elevado número de membros registados.

A formação de ambas teve origem na iniciativa apenas dos seus administradores (e de mais um membro, no caso da Comunidade Atlântico), ao contrário do preconizado por Wenger (1998) ao defender que uma CoP terá que ser mais que “an aggregate of people defined by some characteristic” (pp. 73-74). Assim, sendo certo que não é sinónimo de “group, team, or network”

(pp. 73-74), é determinante que a formação envolva um conjunto de membros que se identifiquem por empenhamento mútuo “*mutual engagement*” (pp. 73-74). Este aspeto não facilitou, como tal, a profusão de uma CoP.

Porém constatamos que ambos os administradores tinham experiência anterior de participação noutras formas de organização virtual, o que se consubstanciou como facilitador, já que propiciou a estruturação organizativa destas comunidades. Assim, podemos concluir que, mesmo enquanto Rede, a experiência anterior do administrador é fundamental.

Outro aspeto que surge determinante, mesmo para uma Rede, e que observámos em ambas as comunidades, prende-se com a experiência anterior dos membros, propiciando uma dinâmica e interação maiores, conducentes à sua longevidade. De salientar que, intrinsecamente ligado a este aspeto, constatámos que a maioria dos respondentes ao questionário *online* participam também em outros fóruns: 43,44% em mais um a três; 39,50% em mais quatro a seis; 11,6% em mais sete a dez e 4,65% em mais de dez fóruns, o que evidencia o papel e importância que as mesmas desempenham atualmente para cada participante.

A hierarquia em cada comunidade assume particular relevo. É manifesto e expressamente assumido que no caso da Comunidade Mediterrâneo, em que encontramos uma hierarquia horizontal, existe uma maior interação e dinâmica e, acima de tudo, maior comprometimento entre os membros. Porém, na Comunidade Atlântico, esse comprometimento não é evidenciado; antes se observa uma busca – por parte de cada membro – do conhecimento e resposta, sendo capaz de dar e receber à sua maneira (porque admitindo a diferença e individualidade), sem qualquer impedimento ou restrição, o que vem corroborar o defendido por Downes.

No que concerne à gestão dos membros, ambos os administradores são coadjuvados por moderadores.

Quanto a este aspeto, foi possível concluirmos que uma moderação discreta aliada a uma resolução natural dos conflitos, quando existentes, são fatores propiciadores de um bom ambiente na comunidade. Na verdade e ainda que não nos fosse possível isolar muitos casos de conflitos na Comunidade Atlântico, um conflito latente entre os membros e a administração existe na Comunidade Mediterrâneo. Este conflito persiste pese embora a presença ativa do administrador e a sua tentativa de consenso e conciliação, procurando promover um ambiente agradável e conduzindo esta a uma forma organizativa de sucesso.

A dinâmica da própria comunidade deve ser “alimentada” tanto pela equipa decisora como pelos próprios membros (essencialmente os ativos). Este aspeto deve ser encarado como facilitador de uma maior dinâmica, tanto em CoP como nas próprias redes. Ambos os administradores se referiram a este propósito aquando da entrevista: o administrador da Comunidade Atlântico destacou a interação de resposta, a prontidão e correção no esclarecimento de dúvidas, bem como a entrada de novos membros por recomendação de outros; o administrador da Comunidade Mediterrâneo realçou a ajuda dos membros (no detalhe em prol do aprofundamento da técnica com vista à excelência de uma boa fotografia) e a consciencialização de ver um projeto em funcionamento, rumo a um debate sobre uma prática que todos ambicionam – a partilha e obtenção de boas práticas para o seu *hobbie*.

O aspeto da virtualidade, com a inerente não associação do rosto às palavras, coarta uma identidade e fortalecimento do comprometimento mútuo. O exemplo seguido pela Comunidade Atlântico com encontros presenciais implementados com frequência – 2 a 3 por ano, e um para celebrar o aniversário da comunidade – permitem, nas palavras do administrador, sucesso e incremento da qualidade do trabalho realizado, a partir de um conhecimento presencial, que potencia o estreitar de laços e a criação de uma cumplicidade entre todos. Tivemos porém a oportunidade de verificar que na Comunidade Mediterrâneo os membros não se dispõem à participação nesses encontros, coartando a

construção de laços fortes e de cumplicidade entre eles (característica de uma verdadeira comunidade de prática).

As informações são veiculadas através da Rede e a partir da experiência individual (Comunidade Mediterrâneo) e a partir de notícias disponibilizadas (Comunidade Atlântico). Ainda a informação, na Comunidade Mediterrâneo, é transferida através da colocação de resposta no fórum e difundida tanto para o membro em questão como para todos os que, mesmo passivamente, e assumindo-se enquanto membros periféricos, dela beneficiam. Ainda que no caso da Comunidade Atlântico o papel da moderação surja aqui como determinante (conferindo a fiabilidade e credibilidade da resposta dada), na Comunidade Mediterrâneo a própria intervenção dos membros assume-se como auto-reguladora da correção.

Importa destacar o ambiente tecnológico em que estas comunidades estão ancoradas. Sendo certo que em ambiente presencial as mesmas não seriam possível (conforme opinião dos dois administradores), a mediação tecnológica permite a aproximação e congregação de membros, dispersos geográfica e fisicamente, aliada a uma frequência mais regular que, de acordo com os dados recolhidos, tende a ser feita diariamente (67,79%).

Este nível de frequência é um aspeto importante e que nos leva a nova conclusão, relacionada com o papel dos espaços e com a informalidade. Assim, e porque de modo informal, os membros participam diariamente, de forma mais ou menos ativa, interagindo, ajudando o outro, lutando por uma causa em que acreditam, discutindo e opinando acerca dos interesses que os unem. Quando comparados com os rácios de frequência de formas de organização co-localizadas e muitas vezes oriundas de imposições exteriores (até tutelares), estas comunidades evidenciam maiores níveis. Podemos, como tal, concluir que o espaço em que a organização social se desenvolve, aliado ao seu carácter informal, potencia níveis mais elevados de frequência, o que promove maior interesse e até melhor balanço global.

No que concerne à forma como a aprendizagem ocorre, encontramos duas situações distintas. Por um lado, na Comunidade Mediterrâneo, a aludida aprendizagem assume-se, maioritariamente, a partir da dúvida colocada por um mas que todos valorizam. A resposta é dada por quem considera deter a resposta e por todos que partilham, face a uma situação explícita, a sua experiência, o que vem desencadear uma discussão à volta da prática de cada membro, evidenciando colaboração, inter e entre-ajuda.

No que concerne à Comunidade Atlântico e não existindo fundamentalmente uma discussão à volta de uma prática, cada indivíduo liga-se à rede de aprendizagem a fim de se associar a outros com os mesmos interesses. Na verdade, concluímos que o objetivo destes membros está ancorado numa causa comum. Torna-se assim importante estar conectado a uma rede que propicie a obtenção de informações, contactos e sugestões de outros. Assumindo que a informação e o conhecimento surgem disponíveis na rede global (Downes, 2007), a aprendizagem informal ocorre pela apropriação da informação disponível.

Face aos traços apresentados, não deixa de ser evidente que todos os membros se enquadram na caracterização de autonomia da Rede defendida por Downes. Na verdade e ainda que alguns membros confiem na resposta do outro (traço distintivo de uma CoP) e que poderá ser também caracterizado como a fidedignidade colegial (Giddens, 2005), mas não tenham criado laços porquanto não existe comprometimento, todos podem ser caracterizados como pessoas que participam porque definiram, *a priori*, que aquela comunidade era importante para si. Assim, agindo independentemente, têm oportunidade de definir os seus valores e interesses mas não agem sozinhos, já que conectados com outros com quem falam e que falam consigo.

Na verdade, fruto da nossa observação, podemos concluir que estes membros experienciaram o valor e riqueza da troca consequente da pertença, conscientes das expectativas de reciprocidade, com acesso privilegiado a informações e recursos colocados à disposição de cada um na forma de dádiva (Coleman, 1988, S98). Considerando que cada indivíduo “is shaped by the

environment” (Coleman, S96), é evidente para cada membro o capital social (Bourdieu, 1980) que, a par e complemento do capital humano, permite “the people who do better are somehow better connected” (Burt, 2001, p. 202).

Também, e mais especificamente quanto à Comunidade Atlântico, os seus membros centralizam a maioria das interações no combate ao abandono e operacionalizando a adoção, apenas possível pelo poder da Rede.

Este poder, e ainda que “Toda sociedade em red es fundamentalmente individualista” (Castells, 2000, para. 13), convoca os membros da Comunidade Atlântico para um ativismo radical (Giddens, 2005), conscientes que a comunicação em rede lhes permite utilizar o potencial da Internet para, através do ciberativismo (Castells, 2000), promover a causa em que acreditam (Moraes, 2001, para. 1).

Conforme defendido por Wenger, Trayner e de Laat (2011b), as redes e CoP podem ser consideradas não enquanto antagónicas mas antes como complementares.

Verificamos ser traço comum o domínio da comunidade. Tal como referido por Downes (2007), que advoga as redes poderem propiciar a criação de CoP virtuais, denotamos que ambas evidenciam expressamente, um domínio bem definido e que se focaliza na troca de informações (a) sobre proteção de animais (Comunidade Atlântico) e (b) sobre fotografia (Comunidade Mediterrâneo).

Porém, e ainda que ambas no mesmo contexto social, configuram-se com particularidades. A Comunidade Mediterrâneo – estamos em crer que devido à sua menor dimensão bem como ao *hobbie* que une os membros – tende para uma CoP com três traços distintivos (domínio; dimensões fundamentais da prática e teoria social da aprendizagem), mas revela apenas três da rede de Anderson e Dron (ligação do indivíduo à rede de aprendizagem, características e expectativas do membro) e um da rede defendida por Downes (interação entre conhecimento e partilha). De salientar que, na caracterização, a

Comunidade Mediterrâneo evidencia conjuntamente traços da rede de Anderson e Dron (quatro) e de Downes (um).

A Comunidade Atlântico revela unicamente dois traços de CoP (domínio e dimensões fundamentais da prática), enquanto evidencia seis traços da Rede de Downes (ecossistema; aprendizagem; indivíduo; membro; identidade do membro e conhecimento) e dois da Rede de Anderson e Dron (ligação do indivíduo à rede de aprendizagem e expectativas dos membros), tendo a sua caracterização traços de ambas – um de Downes e cinco de Anderson e Dron.

Assim, a Comunidade Mediterrâneo, ainda que com traços da Rede protagonizada por Anderson e Dron, e até da rede defendida por Downes, aproxima-se já de uma CoP, segundo Downes. Como razões justificativas, identifica-se um menor número de membros ativos e o domínio que se consubstancia na troca de informações à volta de uma prática – a fotografia – e que, enquanto *hobbie*, une estes membros e os faz estarem juntos, partilhando um interesse comum e a busca da perfeição.

Porém, a Comunidade Atlântico evidencia, maioritariamente, traços distintivos da rede defendida por Downes. Oscilando entre a Rede sugerida por este autor e a defendida por Anderson e Dron, não encontramos características que possam apontar, a curto prazo, a sua evolução para CoP. Enquanto justificação para a Rede, podemos destacar vários aspetos: (a) o domínio recai sobre uma causa que abraçam e não tanto uma prática que carece de ser discutida e partilhada; (b) o elevado número de membros que não potencia o estabelecimento de laços de cumplicidade; (c) a evidência da procura de respostas às suas necessidades e não tanto resposta a dúvidas; (d) a troca de informações acerca dos animais para adoção; (e) o outro vetor do domínio – o abandono – que se preparam para diminuir ou erradicar e que, conjuntamente, se propõem resolver através da informação disponível na rede.

Assim, e ainda que classifiquemos ambas como Redes, estamos em crer que a Comunidade Mediterrâneo poderá evoluir naturalmente para uma Comunidade Virtual de Prática.

## CONCLUSÕES

Como conclusão, podemos assumir a existência de um novo repto colocado a qualquer indivíduo. Sendo certo o avanço da própria sociedade, do ambiente tecnológico e social, novos desafios e responsabilidades foram convocados para que cada pessoa, individualmente, assuma a responsabilização de uma aprendizagem ao longo da vida que irá complementar a inicialmente recebida. Acresce ainda que o próprio indivíduo tomou já consciência que não cabe à sociedade, instituições de ensino e entidades empregadoras a obrigação e facilitação da aludida formação.

Redes e comunidades virtuais são possibilidades abertas pelas atuais tecnologias, onde a aprendizagem informal ocorre naturalmente. Este é um traço distintivo das novas formas organizacionais que se desenvolvem nos ambientes 2.0. Contudo, o foco numa prática confere a estas granularidades um outro impacto, com repercussões que atingem toda uma profissão, todo um modo de atuar, transcendendo muros institucionais e tornando uma prática individual numa prática grupal, enriquecida pela emergência de soluções conjuntas para problemas sentidos individualmente.

## REFERÊNCIAS

- Anderson, T. & Dron, J. (2007). Groups, Networks and Collectives in Social Software for E-learning. *ECEL, 2007: 6th European Conference on E-learning Copenhagen Business School* (p. 15). Retirado de <http://books.google.pt/books?id=spo9X16qn30C&pg=PA15&dq=Groups,+Networks+and+Collectives%2Banderson&hl=ptPT&sa=X&ei=swZFUcHAFMfb7Aa9z4Al#v=onepage&q&f=false>
- Bourdieu, P. (1980). Le capital social – notes provisoires. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris, n.31, p.2-3, janv. 1980
- Burt, R. (2001). The Social Capital of Structural Holes. In *New Directions in Economic Sociology*. Guillén, Collins, Meyer (ed.). New York. Russell Sage Foundation. Retirado de <http://faculty.chicagobooth.edu/ronald.burt/research/files/scsh.pdf>
- Castells, M. (2000). El Nuevo papel del ciudadano ante la revolución de Internet. *Ciberlegenda Número 3*, 2000. Retirado de <http://www.uff.br/mestcii/castells.htm>

- Castells, M. (2007). *A Sociedade em Rede*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian
- Coleman, J. (1988). Social Capital in the Creation of Human Capital. *The American Journal of Sociology*, Vol. 94. Supplement: Organizations and Institutions: Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure (1988). pp. S95-S120. Retirado de <http://courseweb.lis.illinois.edu/~katewill/for-china/readings/coleman%201988%20social%20capital.pdf>
- Comissão das Comunidades Europeias. (2000). *Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida*. Bruxelas. Retirado de [http://www.si.ips.pt/esce\\_si/web\\_gessi\\_docs.download\\_file?p\\_name=F334899515/CE%20%20Aprendizagem%20ao%20longo%20da%20vida.pdf](http://www.si.ips.pt/esce_si/web_gessi_docs.download_file?p_name=F334899515/CE%20%20Aprendizagem%20ao%20longo%20da%20vida.pdf)
- Conner, M. (2009). Introduction Informal Learning. Retirado de <http://marciaconner.com/intros/informal.html>
- Cross, J. (2006, 06 de abril). *The Low-Hanging Fruit Is Tasty*. (Mensagem de blog). Retirado de <http://www.internetttime.com/2006/04/informal-learning-clo-april-06/>
- Cross, J. (2009). *Informal learning: rediscovering the natural pathways that inspire innovation and performance*. Copyright. Retirado de [http://www.amazon.com/Informal-Learning-Rediscovering-Innovation-Performance/dp/0787981699#reader\\_0787981699](http://www.amazon.com/Informal-Learning-Rediscovering-Innovation-Performance/dp/0787981699#reader_0787981699)
- Downes, S. (2006). *Learning Networks and Connective Knowledge*. Retirado de [http://www.ingedewaard.net/papers/connectivism/2006\\_Downes\\_learningNetworks\\_and\\_ConnectiveKnowledge.pdf](http://www.ingedewaard.net/papers/connectivism/2006_Downes_learningNetworks_and_ConnectiveKnowledge.pdf)
- Downes, S. (2007). *Groups vs Networks: The Class Struggle Continues*. Retirado de <http://www.downes.ca/presentation/53>
- Giddens, A. (2005). *As Consequências da Modernidade*. Oeiras. Celta Editora
- Henri, F. & Pudelko, B. (2003). Understanding and analyzing activity and learning in virtual communities. *Journal of Computer Assisted Learning*, 19, 4, 99. 472-487
- Illera, J. (2007). Como as comunidades virtuais de prática e de aprendizagem podem transformar a nossa concepção de educação. In *Sísifo / Revista de Ciências da Educação* nº 3 Mai/Ago 07.
- Moraes, D. (2001). *O ativismo digital*. Retirado de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moraes-denis-ativismo-digital.html>
- Rogers, A. (2004). Looking Again at Non-Formal and Informal Education – Towards a New. Retirado de [http://www.infed.org/biblio/non\\_formal\\_paradigm.htm](http://www.infed.org/biblio/non_formal_paradigm.htm)
- Siemens, G. (2004). *Connectivism: A Learning Theory for the Digital Age*. elearnspace. Retirado de <http://www.elearnspace.org/Articles/connectivism.htm>
- Wenger, E. (1998). *Communities of practice: learning, meaning and identity*. New York. Cambridge University Press
- Wenger, E.; McDermott, R. & Snyder, W. M. (2002). *Cultivating Communities of Practice: a guide to managing knowledge*. Boston. Harvard Business School Press

- Wenger, E.; White, N. & Smith, J. (2009). *Digital Habitats – stewarding technologies for communities*. Portland. CPsquare
- Wenger, E. & Trayner, B. (2011a, 28 de dezembro). How is a community of practice diferente from an informal network in regard to social learning? In Wenger-Trainer blog. Retirado de <http://wenger-trayner.com/resources/communities-versus-networks/>
- Wenger, E.; Trayner, B. & de Laat, M. (2011b). Promoting and assessing value creation in communities and networks: a conceptual framework. Ruud de Moor Centrum. Open Universiteit rdmc.ou.nl